

A periferia de São Paulo: ensino superior e política entre muros

Henrique Costa

Trabalho preparado para apresentação no IV Seminário Discente da Pós-Graduação em
Ciência Política da USP, de 07 a 11 de abril de 2014.

São Paulo, 2014

Resumo

O Brasil vive, há pouco mais de uma década, uma importante transformação em sua estrutura de classes, movimento disseminado por um conjunto de medidas econômicas aplicadas pelo governo Lula. Reajuste regular do salário mínimo, expansão acelerada do crédito e incremento da formalização do trabalho em níveis crescentes fizeram com que uma grande massa de trabalhadores precarizados atingisse um padrão de consumo e um conforto material inéditos, além do acesso a novas políticas públicas, como o Bolsa Família e o Programa Universidade para Todos (Prouni). O deslocamento deste setor, antes hostil ao Partido dos Trabalhadores, para a principal base eleitoral do partido foi identificado pelo cientista político André Singer, configurando o fenômeno conhecido como *lulismo*. Diferente do petismo ideológico, o lulismo não está assentado em propostas de transformação radical, mas na manutenção da ordem. Não obstante, a imensa maioria destes empregos criados no período é de baixa remuneração. Investigar este movimento de pressões cruzadas foi o incentivo para esta etnografia política, baseada nas experiências de estudantes bolsistas do Prouni da Universidade Nove de Julho (Uninove) na cidade de São Paulo, agregando as contribuições de autores como Teresa Caldeira, Lúcio Kovarick e Gabriel Feltran.

Em uma formulação na famosa conferência *As grandes cidades e a vida do espírito*, Georg Simmel antecipava o sentimento que viria dominar a existência cidadina no mundo ocidental do século XX. “Assim, a técnica da vida na cidade grande não é concebível sem que todas as atividades e relações mútuas tenham sido ordenadas em um esquema temporal fixo e supra-subjetivo” (Simmel, 2005). Pois para as classes trabalhadoras do Brasil do século XXI, a ideia de temporalidade inflexível e opressora é quase literal. Para as segundas ou terceiras gerações – filhos de operários, empregadas domésticas, trabalhadores do setor de serviços – as últimas décadas ofereceram além de maior acesso ao consumo e vagas no ensino superior, empregos precários e de baixa remuneração. De um lado, a expectativa de mobilidade social apresentada pelo diploma universitário. De outro, uma rotina dura entre trabalho e escola em um contexto de muitos “benefícios” e poucos direitos. Direitos tão valorizados pelos pais, mas que se vão distantes na memória e nas esperanças materializadas na organização coletiva de outrora. De uma geração de precariedade material a outra, com mais e melhores condições de vida, mas ainda oprimida pela desigualdade e pela violência urbana e pouco articulada para a reivindicação.

Este artigo apresenta impressões iniciais da pesquisa que venho desenvolvendo com estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos (Prouni) moradores da cidade de São Paulo, em busca de conexões entre suas dinâmicas de vida, trabalho e lazer, e a maneira como veem a política e seus principais representantes. São dois processos que se cruzam na vida desses jovens, iniciantes na cidadania, e adultos, já atravessados por algumas conquistas, mas, sobretudo, por desilusões e perdas: a questão urbana e os processos de espoliação e segregação produzidos pelo progresso marcado pela desigualdade típica de uma metrópole da periferia do capitalismo, e as possibilidades abertas pela vigorosa expansão de vagas no ensino superior privado brasileiro nas últimas décadas. Em especial, a década lulista incrementou o acesso aos centros universitários através de políticas públicas específicas, como o reforço do programa de financiamento estudantil (Fies). Apenas o Prouni já alcançou cerca de 1 milhão de jovens, mais de 263 mil deles apenas na cidade de São Paulo¹.

Como um programa federal destinado especialmente a uma parcela economicamente estável ou ascendente da população – denominada por alguns

1 <http://prouniportal.mec.gov.br>

estudiosos do tema e pelo próprio governo federal por “nova classe média” –, o Prouni atinge, na capital paulista, os moradores das franjas da cidade, exatamente aqueles que há décadas atrás estiveram no centro do processo de espoliação urbana, “o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho” (Kowarick, 1980).

São Paulo é uma cidade muito sensível aos processos de exclusão social, justamente por contar com uma desigualdade social bastante evidente em termos geográficos. O distrito de Moema, por exemplo (zona sul da capital), detém o maior número de pessoas na classe A (33%), enquanto distritos como Itaquera, no extremo leste da cidade, tem 54% de seus moradores na faixa de renda C, em um padrão que se repete do centro expandido em direção à periferia². Assim, os critérios de seleção do programa são indiscutivelmente pensados de modo a incluir os filhos da classe trabalhadora e da classe média baixa, há muito estabelecida na periferia paulistana, no sistema de ensino superior³. De modo geral, são famílias oriundas dos estados da região Nordeste e que se fixaram em loteamentos clandestinos, só recentemente regularizados (Caldeira, 2000).

Este é o caso de Márcia, uma das bolsistas que entrevistei na primeira fase da pesquisa⁴. Para este artigo, escolhi seu relato para servir de guia, tanto pela densidade e dramaticidade, quanto por sintetizar e articular as diversas questões que surgiram no conjunto das entrevistas, sem prejuízo das citações aos demais entrevistados. Não se trata de um perfil generalizante, pois algumas diferenças importantes, relacionadas à idade, curso, e até mesmo à localização física da unidade de ensino, condicionam vivência e, portanto, o universo simbólico projetado por cara um deles. Para a discussão de que trata este artigo, no entanto, o relato de Márcia é esclarecedor para analisarmos certos processos de longo prazo e que afetam especialmente os mais pobres. Preconceito social, precariedade material, segregação, violência e perspectivas limitadas se arranjam de modo a explicitar o que Teresa Pires do Rio Caldeira chamou de *cidade de muros*.

2 <http://www1.folha.uol.com.br/especial/2012/dnapaulistano/>

3 O Prouni oferece dois tipos de bolsas: integral, para estudantes que possuam renda familiar, por pessoa, de até um salário mínimo e meio, e parcial de 50%, para estudantes que possuam renda familiar, por pessoa, de até três salários mínimos.

4 Os nomes dos entrevistados foram trocados por nomes fictícios.

Márcia emigrou do estado de Pernambuco ainda criança junto com seus pais e irmãos há cerca de três décadas. Viveu boa parte da infância no bairro de Itaquera, Zona Leste da capital. Está separada do marido, com quem tem uma filha de 14 anos. Estudante de pedagogia no *campus* Santo Amaro da Universidade Nove de Julho (Uninove), Márcia é a única da família a ingressar no ensino superior. Tanto seus pais quanto seus nove irmãos são analfabetos ou semianalfabetos, trabalham como empregadas domésticas ou pedreiros, e vários deles sofreram os processos de espoliação descritos por Kowarick: se instalaram em casas autoconstruídas em loteamentos irregulares na periferia de São Paulo ou em barracos em favelas. A família se espalhou pela cidade, e assim Márcia se mudou definitivamente para o bairro do Capão Redondo, na Zona Sul.

Meu pai é falecido faz uns cinco anos, pelo menos. Os dois são quase analfabetos, são semianalfabetos. Meu pai, que eu saiba, não teve nenhuma escolaridade, e minha fez até a quarta série. Somos de Pernambuco, a família inteira, mas depois de um certo tempo a minha mãe com o meu pai e os meus irmãos vieram aqui pra São Paulo por oportunidade de emprego mesmo.

No que seus pais trabalhavam?

Lavoura. Cana-de-açúcar. Na época em que eles trabalhavam lá. O meu pai trabalhou em algumas empresas como operário mesmo, mas a convivência com o meu pai aqui foi pouca porque ele se separou da minha mãe. E aí a minha mãe, vendo a situação da família, começou a fazer salgados, doces, bolos, essas coisas, e começou a vender na rua, que foi onde a gente começou a acompanhar um pouco. A situação foi um pouco precária. As minhas irmãs, como já eram maiores de idade, trabalhavam como empregadas domésticas. Até hoje ainda trabalham. Mas a minha mãe, depois que todo mundo já cresceu e começou a arrumar seu emprego, melhorou um pouquinho a renda, então ela parou de trabalhar. (...) No total de filhos, a minha mãe teve nove. Quem mora com a minha mãe no momento são três filhos. Os outros são todos casados, cada um mora na sua casa, de aluguel ou de terreno da prefeitura. No caso da minha mãe ainda é em terreno da prefeitura. Já eu moro com a minha filha em uma casa em que eu morei uma época com o pai dela. A gente se separou já faz um tempo e eu continuo morando na mesma casa.

Você morava em Itaquera, certo?

Morei em Itaquera. É periferia ainda, né. Como era periferia e era aqueles barracos de tábuas, quando a gente veio do Norte acabou nessas situações... então a gente morava lá. Ai tinha esse negócio da prefeitura de tirar todo mundo e aí colocar em casinha de Cohab. Então, como as minhas irmãs trabalhavam já há algum tempo como empregadas domésticas, aí conseguiram comprar um terreno, construir um comodozinho... aí todo mundo foi socado pro mesmo lugar. Foi aí que a gente veio morar no Capão Redondo.

Você disse que seus irmãos melhoraram de vida...

É, cada um foi comprando a sua casa, assim, também em terreno da prefeitura, que esse negócio de comprar casa com escritura e tudo é praticamente impossível. Até um deles ficou até com essa casa que a prefeitura derrubou todos os barracos, né. Aí ele voltou pra Cohab, ele com a mulher dele ficou morando lá, e o resto da família foi procurar outras coisas. Daí ele ficou com essa casa que a prefeitura forneceu. Os outros... uns moram de aluguel, outros foram construindo em terreno da prefeitura mesmo, e cada um casado como dois, três filhos. Todos são pedreiros. [Márcia]

Dentro dos muros

O relato de Márcia ilustra os processos pelos quais passou a periferia de São Paulo ao longo da segunda metade do século XX. Caldeira classificou três padrões de segregação espacial em São Paulo. O primeiro, característico das primeiras décadas do século XX, produziu uma cidade concentrada em que diferentes grupos sociais se comprimiam em uma área pequena e a segregação se dava pelo tipo de moradia. No segundo tipo, se estabeleceu o padrão centro-periferia, com as classes separadas por longas distâncias, que refletiam também as imensas diferenças de infraestrutura. Mas é a terceira forma que vem se consolidando desde os anos 1980 e que se sobrepõe ao padrão centro-periferia, gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas separados por muros e tecnologias de segurança, os *enclaves fortificados*. “Esses novos espaços atraem aqueles que estão abandonando a esfera pública tradicional das ruas para os pobres, os 'marginalizados' e os sem-teto” (Caldeira, 2000). No caso, é interessante notar que a fase de expansão e consolidação das instituições de ensino superior privado, além de coincidir com a descrição de Caldeira, afirma seus princípios mais elementares.

A Uninove, base para o estudo de caso, é um desses exemplos de expansão agigantada pelas novas condições proporcionadas pelas reformas educacionais das últimas décadas. Com quatro *campi* na cidade de São Paulo, a Uninove se posiciona estrategicamente em regiões de alta concentração populacional ou abastecidas por estações do metrô e grandes terminais de ônibus. Grandes muros ou grades, no entanto, cercam as unidades do mundo exterior, oferecendo a sensação de segurança que está na lógica de qualquer empreendimento de grande porte nos últimos anos. A entrada, por sua vez, se ornamenta “convitativamente” em feições de *shopping center*, cuja semelhança não para por aí. As típicas praças de alimentação, tão comuns nos centros comerciais, aqui também estão presentes e são, é preciso reconhecer, necessárias para uma grande quantidade de estudantes que chegam diretamente do trabalho para as aulas da noite. Estive em todas as unidades e, a despeito de diferenças sensíveis entre os *campi* mais centrais (Barra Funda e Vergueiro) e os mais periféricos (Santo Amaro e Vila Maria)⁵, o som ensurdecido das catracas toma o ambiente por cerca de uma hora – os estudantes não param de chegar muito tempo depois do horário de início das aulas.

Passando por elas, uma série de elementos configurados cuidadosamente para dispersar a atenção dos estudantes para o mecanismo que, basicamente, garante os grandes lucros auferidos pelas universidades privadas brasileiras, uma política emblemática do lulismo, ainda mais do que o próprio Prouni: o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)⁶. Os dois agentes financeiros do Fies são o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, que juntos já promoveram a assinatura de 760 mil contratos, com um investimento total aproximado de R\$ 25 bilhões até o fim de 2012⁷. Trata-se da garantia, para a instituição de ensino, do retorno financeiro, já que o financiamento quita o compromisso do estudante, que passa a dever para o banco. Esta

5 A abertura de novas unidades em bairros periféricos se assemelha a esta formulação de Caldeira: “Com a expansão dos novos empreendimentos [imobiliários], os distritos passaram a apresentar um novo padrão de organização espacial, que mistura moradores ricos e pobres de um lado, e residência e trabalho de outro, criando assim um novo padrão de desigualdade social e de heterogeneidade funcional” (Caldeira, 2000). A comparação parece válida especialmente no caso da unidade Santo Amaro, localizada em um dos maiores centros de comércio popular e irradiação de trabalhadores de remuneração inferior de São Paulo, o Largo Treze.

6 Enquanto o Prouni serviu para que as instituições de ensino que aderissem ao programa compensassem com bolsas de estudo os tributos que já não vinham sendo pagos pelas próprias universidades, o Fies repete a fórmula lulista presente em outros programas federais, como o Minha Casa, Minha Vida: garantir o acesso das classes baixas e, ao mesmo tempo, garantir grandes lucros para aqueles que oferecem o serviço, unindo a base e a ponta da pirâmide social brasileira em uma única política pública.

7 <http://portal.mec.gov.br/>

prioridade se verifica na configuração dos espaços da universidade. Como o pedido de financiamento pode ser feito em qualquer época do ano, o incentivo ao Fies está em todo lugar: passando as catracas, há estandes anunciando o programa, assim como em todas as mesas na praça de alimentação. Dezenas de guichês à entrada recebem os demandantes, que são atendidos por funcionários que vestem camisetas de “incentivo” à adesão ao programa. Nos laboratórios de informática, os computadores ostentam uma “orelha”, com a onipresente mensagem “Com o Fies dá”.

Apesar das diferenças constatadas pela observação nas diversas unidades de ensino – o público é mais ou menos “popular” conforme a centralidade geográfica da unidade, o que influencia também nas notas de corte dos cursos, maiores nas unidades Vergueiro e Memorial – há uma série de elementos agregadores e que formam o perfil das grandes universidades privadas de São Paulo. Em qualquer caso, o conjunto dos estudantes é majoritariamente branco, revelando que ainda há uma barreira racial relativamente consistente e particularmente difícil de transpor na cidade de São Paulo. Dos estudantes entrevistados para esta pesquisa, todos realizam atividades paralelas à universidade. Com exceção das alunas do curso de pedagogia, que têm em seus currículos a obrigatoriedade do estágio, geralmente remunerado, e estudam no período da manhã, todos os outros trabalham e contribuem com a renda familiar. A bolsa do Prouni, sem dúvida, contribui para que o estudante permaneça no curso, eventualmente reduzindo a carga horária ou a necessidade de um emprego mais estafante.

De todo modo, o tempo que gastam com o deslocamento entre suas casas e empregos e a universidade, além de outras demandas que incluem, por exemplo, cuidar do domicílio, dos filhos e dos pais, conformam um conjunto de fatores que avolumam sensivelmente sua rotina. E é na sala de aula que se verificam as consequências: distração, cansaço e falta de interesse. Não é incomum ver alunos cochilando durante a aula como reflexo do cansaço e da rotina estafante. Uma das cenas mais curiosas que presenciei foi a de um aluno que, enquanto a aula acontecia, assistia animações no laptop, inclusive com os fones de ouvido. Muitos estudantes levam seus computadores para a aula, mas, em geral, eles são usados para outras funções que não se ligam ao tema da aula, já muito prejudicada pelas conversas paralelas. Em uma aula noturna do curso de Ciências da Computação no *campus* Vergueiro, dos cerca de 40 alunos que chegaram no decorrer da aula, apenas cinco pareciam muito interessados. Impotente, o professor

não interrompia o sono dos cansados, mas chegou a perder a paciência com as conversas, que aos poucos iam subindo de tom. Segundo ele, os prounistas costumam ter desempenho acima da média por dois motivos: a rotina menos cansativa em comparação com os que não contam com o benefício, e as exigências do próprio programa de notas mínimas para a manutenção da bolsa.

As catracas são um elemento definidor do caráter de enclave fortificado desenhado nestas unidades de ensino. Junto das guaritas e dos seguranças terceirizados em número excessivo, elas prometem segurança, mas também – e sobretudo – certa “exclusividade”. Esta ideia, trabalhada por Caldeira, de que a fala do crime organiza a separação dos espaços, onde as inconveniências – no caso, as catracas – parecem ser “mais do que compensadas pela sensação de segurança que ganham por trás dos muros, vivendo exclusivamente entre iguais e longe do que consideram ser os perigos da cidade” (Caldeira, 2000).

Fala do crime e ostentação

Este modelo de segregação, que começou com os condomínios fechados de elite na década de 1980, sofreu um movimento de espraiamento pelas classes baixas ao longo das últimas décadas. A eliminação do espaço público de socialização e a consequente privatização das atividades de lazer obrigam cada vez mais os moradores da periferia a procurar alternativas antes associadas às classes média e alta. Um símbolo dessa transformação são os *shoppings centers*, um antigo reduto das classes mais abastadas por concentrar em si o ideal do consumo conspícuo protegido das classes “diferenciadas”. Como enclaves fortificados, constituíram “o cerne de uma nova maneira de organizar a segregação, a discriminação social e a reestruturação econômica em São Paulo”, mantendo as classes sociais separadas por barreiras físicas e sistema de identificação e controle (Caldeira, 2000). O modelo, no entanto, não se conteve dentro das barreiras de classe.

Então, tempo livre agora eu não tenho muito, né. O máximo que eu consigo fazer é organização de casa, comida, essa parte doméstica, e uma vez ou outra, quando dá pra sair com a minha filha a gente sai, vai dar uma volta no *shopping*, se eu tiver condições de levar eu vou ao cinema com ela, no parque ou alguma coisa assim, mas no momento é

mais complicado. Ou é trabalho de final de semana, ou tem que estudar pra prova que vai ter na semana que vem, então fica impossível sair pra fazer algum lazer. O máximo de lazer que tem é uma televisão dentro de casa pra assistir algum programa razoável...

Quando vocês conseguem sair, para onde vocês vão?

Como as condições de transporte são bem limitadas, pra mim em especial, quem não tenho carro nem nada disso, a locomoção depende de transporte público, então eu sempre procuro um lugar que seja mais próximo. Ou vou no parque, ou vou no *shopping* ou vou no cinema, que é tudo próximo. *Shopping*, eu não gosto nem de ir nesses que tem valor aquisitivo maior, porque a gente se sente até mal... no máximo o shopping SP Market ou o Shopping Interlagos, ou no parque do Ibirapuera pra algum evento que seja, de preferência gratuito. E um cinema que seja mais barato pra ir. É o que a gente procura tentar agregar. Mas é complicado.

Quando você circula pela cidade, quais são as principais diferenças que você vê?

Absurdas. Absurdas. No momento eu estou estagiando na creche da Assembleia Legislativa, então quando você vê a diferença de estrutura que tem, onde o governo investe onde não deveria estar investindo tanto, é uma coisa que revolta cada vez mais a gente. Eu moro no Capão Redondo, que não é grande coisa, a gente sabe, casa vez se torna pior em termos de violência, de tráfico, que é o que passa mais na TV e que realmente é verdade. E aí quando você chega lá [na região do Ibirapuera] e você vê...
[Márcia]

Curiosamente, a segregação e o processo de ostensiva separação consolidado nas últimas décadas pode ser visto, segundo Caldeira, como uma reação à ampliação do movimento de democratização levado a cabo por movimentos sociais e sua luta por reconhecimento e cidadania. Os enclaves fortificados conferem status e fazem parte de um processo que elabora diferenças e cria meios para a afirmação de desigualdades sociais. As antigas casas autoconstruídas das periferias ganharam neste tempo um novo adorno, justamente as grades e muros que visam garantir a separação do privado em relação à rua, ou seja, ao público. Comentando a pesquisa que desenvolveu no Jardim das Camélias, Zona Leste de São Paulo, Caldeira comenta: “como em qualquer lugar, as pessoas voltam suas preocupações para as áreas mais pobres: elas têm especialmente medo da favela próxima e de uma área invadida recentemente por participantes do

Movimento Sem Terra. A suspeita em relação a pessoas vistas como 'outras' ou como 'inferiores' não é exclusiva da classe alta” (Caldeira, 2000). Para Gabriel de Santis Feltran, na operação de “distinguir e relacionar, inclusive, é que se delinea o duplo lugar no qual me parece estar situado o etnógrafo, atento tanto a discursos quanto a práticas de seus interlocutores, ao longo do período de pesquisa. As *categorias* marcadoras de diferença usadas cotidianamente nos territórios pesquisados se nutrem dessa relação, embora as *práticas* cotidianas não sejam necessariamente um reflexo imediato delas” (Feltran, 2010, grifos do autor).

E a fala do crime permeia várias das entrevistas realizadas para esta pesquisa. Um caso emblemático é o de Cida, moradora do Jardim Panorama, também na Zona Sul e estudante de pedagogia na unidade Santo Amaro da Uninove. Cida tem 23 anos, é divorciada e tem um filho de três, que sustenta com a ajuda do pai. Uma jovem que demonstra inclusive com lágrimas uma desesperança sofrida, e que se reflete na maneira hostil com que vê a sociedade. Cida resolveu cursar pedagogia porque gosta de crianças e, basicamente, é com elas que se sente à vontade. Beneficiária do Prouni, não se sente grata e repete a opinião da maioria dos entrevistados de que a bolsa ajuda, mas é um paliativo ou até uma “enganação” para que o governo ganhe o apoio dos pobres. Individualismo, medo e ceticismo se misturam de maneira contraditória, o que, em si, é revelador.

Você tem que olhar pra você primeiro, se você não sabe se no momento de fúria, de raiva você não vai fazer a mesma coisa? Então não pode julgar ninguém! Eu procuro um futuro melhor pra mim primeiro, que aí sim depois que eu ver que eu to conscientizada que eu to bem comigo mesmo, aí se eu posso querer mostrar pra alguém... não é nem cobrar, é mostrar pra alguém um lado melhor né? E procurar desenvolver isso, começando com as criancinhas, que é pra isso que eu estou estudando, quero trabalhar nessa área. Começar com eles, que realmente estão vindo no mundo, são totalmente inocentes, não tem noção de nada que está acontecendo hoje em dia, já diferente dos adultos que tem toda noção e continuam persistindo no mesmo erro.

Você costuma sair pra outros lugares, outras regiões da cidade, além da Zona Sul?

Não. Nunca fui conhecer outros lugares. É difícil, acho que com meu filho... eu penso muito nele, entendeu? Assim, tudo que eu vou fazer, tudo vai cair sobre ele, então, tem

que pensar nele primeiro, depois eu penso em mim. Se der, deu... se não der, não dá. Eu vivo mais pra ele, claro, é minha responsabilidade.

Você tem medo de sair com ele?

Não, sei lá. Eu não conheço, eu vou levar meu filho pra um lugar que nem eu mesmo conheço? Nem sei se é seguro nem pra mim, vou saber se é seguro pra ele? Também, o mundo de hoje em dia, o jeito que tá, não passa segurança. Você não tá segura nem no portão da sua casa. Se no portão da sua casa você corre o risco de levar um tiro e morrer, imagina em um lugar que você não conhece.

Na região onde você mora, tem medo de acontecer alguma coisa?

Bastante, porque é bem calmo. Assim, é bem “tranquilão” de tudo, então à noite fica aquele deserto, a gente tem muito medo, porque têm vários assaltos, tentativa de estupro aí na rua, a gente tem muito medo. Quando a gente vem a noite, assim, de algum lugar, é sempre, nem o vento pega, é vazando, rápido, muito rápido, muito medo. [Se chego tarde] eu tento ligar pro meu padrasto me buscar no ponto, porque é muito escura a rua. Aí ele fica lá me esperando no ponto, quando eu to chegando próximo ele sobe e me espera lá. Eu e minha mãe, porque a minha mãe também faz faculdade à noite. [Cida]

Seria natural, portanto, que o *tipo ideal* do lazer “com segurança” se disseminasse em algum momento, tanto geograficamente quanto para aqueles que vivem entre essas categorias, refletindo o progressivo abandono do espaço público e a transformação das *práticas* cotidianas. Centros comerciais inaugurados nas últimas décadas na periferia paulistana articularam duas demandas prementes daquela população: a segurança e o status que sempre estiveram associados aos *shoppings*, com o aumento da renda e, por conseguinte, do consumo das classes baixas. Estes centros comerciais já são uma realidade para o morador da periferia há, pelo menos, duas décadas⁸. Caldeira já indicava o momento de sua afirmação nos anos 90: os jovens da periferia, por mais que não pudessem evitar o transporte público, por exemplo, compartilham com os jovens da classe alta alguns dos sinais da cultura globalizada, especialmente na escolha das roupas e no fascínio pelo carro de luxo. A recente explosão do *funk ostentação* é, além de uma

8 A neurose moderna das classes média e alta em assegurar a distinção de suas atividades se projetou em novas formas de segregação. Hoje já existe em São Paulo shoppings onde não é permitida a entrada de pedestres.

vitória do capitalismo e do consumo conspícuo a ele associado, uma vitória do ideal de lazer e divertimento dentro dos muros. Ao mesmo tempo, inseridos em uma realidade de trabalho precário e escassas opções de lazer, por um lado, e a ameaça do “mundo do crime”, por outro, os jovens da periferia encontram no funk ostentação a narrativa que *organiza* as aspirações desta nova classe trabalhadora, assim como a “fala do crime” faz o mesmo para um outro segmento que se localiza nas fronteiras difusas entre as casas e as favelas.

Não por acaso, a adesão ao mundo do crime é prontamente justificada por famílias atravessadas por “trabalhadores” e “bandidos” pelo conforto material que ele oferece, não apenas para as necessidades imediatas, como a reforma da casa muitas vezes paga pelo dinheiro oriundo do crime, mas também para a “garantia do usufruto de bens fundamentais à vida 'social' do jovem”: tênis sofisticados, telefones celulares de último tipo, roupas de marca e, se possível, motos e carros com acessórios e aparelhagem de som” (Feltran, 2011). É a sociabilidade do jovem da periferia que está em jogo, e ela se faz, assim como nas classes altas, pelas possibilidades de consumo em uma cidade cada vez mais cercada de muros e defasada de espaços públicos. Por outro lado, a melhora nas condições de vida e na renda, especialmente na última década, abriram a porta do consumo ao setor da sociedade que é justamente a principal base eleitoral dos governos petistas, fazendo do *funk ostentação* a trilha sonora do Brasil sob o lulismo.

Evidentemente, não é comparável a capacidade de consumo das classes baixas e altas, assim como as possibilidades de participar desse mundo. Enquanto ideal de lazer e de uso do espaço “público-privado”, no entanto, isso parece consolidado, refazendo o mesmo processo pelo qual passou a televisão há décadas atrás – ainda a principal opção de entretenimento das classes baixas. No caso, as camadas médias também reagiram contra a popularização das televisões, associando o seu consumo pelos trabalhadores com uma “incapacidade” de uso racional do dinheiro ou uma “mentalidade esbanjadora”. Da perspectiva dos ricos brasileiros, “os pobres não deveriam é ousar entrar no universo dos bens de consumo ou imitar o estilo de vida das classes mais altas que eles veem na TV”, pois dessa forma os pobres teriam acesso ao mesmo universo simbólico que os ricos (Caldeira, 2011). O mesmo se passa agora com a entrada deles no universo do consumo como ideal igualitário: o capitalismo espalha o modelo e vende como modernidade para todas as classes, mas o anseio por diferenciação promove

barreiras e bloqueia – às vezes violentamente – a indistinção entre as classes que já tinham acesso daquelas que pretendem entrar. De modo que a popularização dos *shoppings* enquanto opção preferencial de lazer pelas classes baixas repete o processo criado pela massificação dos aparelhos de TV, e isso fica claro na fala de Márcia: das três opções de lazer citadas por ela, a mais recorrente é o passeio no *shopping*, enquanto a TV assume o papel de programa trivial. A referência ao parque do Ibirapuera é tão significativa quanto: o espaço é valorizado, mas para “algum evento que seja, de preferência, gratuito”, o que passa uma ideia sobre o quanto as classes baixas se ressentem de espaços públicos que lhes ofereçam cultura e entretenimento adequados as suas possibilidades materiais. O modelo que se espalha, pelo contrário, é o do consumo – de mercadorias e de educação – dentro dos muros dos *shoppings* e das universidades.

Pressões cruzadas

Esta discussão contemporânea sobre as classes sociais no Brasil ganhou fôlego com a recente inclusão de grandes contingentes da população no mercado de consumo onde ela pouca participava. A “classe C” já alcança mais da metade da população brasileira, segundo critérios da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República⁹, e seus novos integrantes são a base das campanhas vitoriosas de Lula em 2006 e Dilma Rousseff, em 2010, segundo a interpretação de André Singer. Este “novo proletariado”, constituído por trabalhadores recentemente incluídos no mercado formal, tiveram, nos últimos anos, além de programas sociais como o Bolsa Família, o aumento real do salário-mínimo, o acesso ao crédito e a manutenção da taxa de desemprego em níveis bastante baixos. Para Singer, o “pulo do gato” de Lula foi manter a ortodoxia econômica, emitindo sinais em direção à estabilidade tão valorizada pelas classes baixas – afinal, são elas as mais reticentes a transformações sociais profundas, pois são as mais dramaticamente atingidas –, construindo uma política substantiva de “promoção do mercado interno voltado aos menos favorecidos, a qual, somada à manutenção da estabilidade, corresponde nada mais nada menos que a realização de um completo programa de classe. Não o da classe trabalhadora organizada, cujo movimento iniciado no final da década de 1970 tinha por bandeira a ruptura com o atual modelo

9 Segundo a SAE, as pessoas com renda familiar per capita entre R\$ 291 e R\$ 1.019 são as que formam a classe média brasileira, o que representa 54% da população brasileira.

econômico', mas a fração de classe que Paul Singer chamou de *subproletariado* ao analisar a estrutura social do Brasil no início dos anos de 1980” (Singer, 2012).

A referência à classe trabalhadora de outrora feita por Singer é pertinente para a discussão que pretendo iniciar, de modo a investigar a periferia, atingida pela novidade do consumo e, ao mesmo tempo, pela precarização. Apesar das significativas mudanças nas condições de vida das classes baixas, viu-se o aumento da taxa de acidentes e da taxa de rotatividade. Segundo Ruy Braga, na última década, foram criados 2,1 milhões de empregos por ano, mas 94% deles pagam até um salário-mínimo e meio (Braga, 2013). O uso da etnografia nos contextos urbanos pode mostrar as nuances e contradições produzidas pelas pressões cruzadas a que estão submetidas essas populações. Ouvir, os pobres, como defendem Walquiria Leão Rego e Alessandro Pinzani, ajuda a superar a humilhação e consequente perda de autonomia causada pela exclusão.

Naturalmente, as pessoas sempre encontrarão obstáculos à compreensão e formulação das suas necessidades – obstáculos ligados às experiências biográficas, à educação, à eventual crença religiosa etc. Esses obstáculos se apresentam para todos os indivíduos, independentemente de sua posição social e econômica. Desse ponto de vista, os pobres estão tão sujeitos a errar quanto os ricos ou os membros da classe média. Contrariamente a estes últimos, porém, falta-lhes quase sempre a possibilidade de organizar-se para afirmar seus interesses e tentar realizá-los por meio de políticas correspondentes. (Rego e Pinzani, 2013)

No caso dos estudantes bolsistas do Prouni, o ensino superior viabilizado por uma política pública no contexto do lulismo coloca ainda outros desafios de pesquisa, como entender como uma iniciativa governamental contraditória é vista por seus próprios beneficiários. A mudança do eixo normativo de um certo discurso fortemente presente nas periferias, onde a demanda por universalização de *direitos* e *cidadania*, típica dos movimentos sociais populares no ciclo iniciado nos anos 1970, parece ter sido obliterada pela burocratização destes e pela ascensão do “mundo do crime”, colocando sob responsabilidade do Estado a formulação e implementação de um programa que não levou em consideração a *construção democrática* pautada pela participação dos trabalhadores no processo de abertura política (Feltran, 2010). Assim, o Prouni é

recebido por muitos como “nada mais que obrigação”, enquanto as opiniões favoráveis são, quase sempre, de simpatizantes do PT. Parece claro que políticas públicas neste modelo nunca estiveram no arco de inspiração das reivindicações dos velhos movimentos sociais populares. “Se essa constatação faz sentido, é imperativo modificar os modos de abordar analiticamente o conflito nas *fronteiras* entre, de um lado, a esfera da democracia formal, cristalizada nos últimos anos no Brasil, e de outro as dinâmicas de subjetivação política nessas periferias que, em certa medida, se fundam em dimensão alheia aos marcos do projeto de 'integração social' anterior” (Feltran, 2010).

Márcia, o que você acha do Prouni?

Acho que é um tapa-buraco. É uma coisa de tentar calar a boca da população. Não sendo ingrata, né. Mas acho que uma coisa de tentar calar a boca da população e falar “olha, estou te oferecendo isso, do que você está reclamando, em termos de estudo, de educação que você quer?” Eu acredito que se o governo desse mais oportunidade pra você fazer uma faculdade pública, se ele investisse mais nisso pra dar mais oportunidade pra todos ele não precisaria ficar fazendo esses tapa-buracos. Na verdade eu também acho que eles fazem isso pra ficar superfaturando muita coisa. Acredito que o governo fica inventando isso pra calar a boca da população e ter um jeito de superfaturar e tentar sempre desviar verba do que seria bom, pra resolver pra população. “Ah, gastou tanto nisso aqui”. Será que gastou mesmo? Acho meio duvidoso. Eu sempre desconfio muito. [Márcia]

A fala de Márcia, assim como a de todos os outros, é eivada de contradições quando se referem ao acesso ao ensino superior e ao Prouni. É comum não se sentirem “em dívida” com o governo, e muitos deles poderiam ingressar em uma universidade privada por outros meios. O próprio Fies atende a um público ainda mais vulnerável economicamente, que não tem condições de conseguir uma boa nota no Enem – um dos critérios para a obtenção da bolsa do Prouni – ou mesmo carece de informação sobre o programa. Não por acaso, em todas as unidades da Uninove há mais de duas dezenas de guichês que atendem especialmente aos estudantes que desejam ingressar ou resolver questões burocráticas relacionadas ao financiamento estudantil do governo federal. Assim, para Márcia, ao mesmo tempo que o Prouni é um “tapa-buraco”, também lhe permite alguma flexibilidade para frequentar seu curso de pedagogia sem, necessariamente, abrir mão de alguma fonte de renda.

No momento eu faço estágio remunerado, em pedagogia. Como eu consegui a bolsa do Prouni, eu pedi demissão do emprego depois de um tempo para poder fazer os estágios obrigatórios da faculdade. Daí eu tive que pedir demissão, então a renda cai um pouco...

Você já pensou em tentar universidade pública?

Ah, pensei muito. Mas só de ver o ensino que a gente tem, a gente sabe que é muito defasado. Aí você vê o tanto que o pessoal estuda pra poder fazer uma Fuvest da vida... e como é que eu vou me comparar com aquela pessoa que está fazendo Etapa, que estuda lá no Porto Seguro, onde tem um “intensivão” só pra fazer o vestibular, onde eles vão direcionar todo o conteúdo pra quem vai fazer o vestibular? Como eu vou conseguir me comparar a essas pessoas? Não que eu esteja me denegrindo, falando que eu sou burra nem nada, mas eu não tenho oportunidade de fazer o mesmo ensino, a mesma aprendizagem que eles têm. Por que os caras gastam tanto pra fazer sendo que eles depois vão pra faculdade pública? Um dos únicos recursos que você tem pra fazer é pelo Prouni.
[Márcia]

Márcia é a única de sua família a ter um curso superior. Mesmo sonhando com o ensino público e se exasperando com a falta de oportunidades que ela e seus irmãos enfrentam, ela e os outros estudantes com quem conversei admitem que o diploma universitário é condição essencial de mobilidade. Apesar da falta de clareza sobre as reais possibilidades de mobilidade social que ele permite, há uma expectativa mesmo que tímida em relação ao futuro. No caso de Márcia, a rigidez com que retrata o vivido contrasta com uma avaliação positiva da experiência universitária, sempre com ressalvas, mas que lhe parece melhor do que não tentar. Pesquisa do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) reconhece que o diploma universitário permanece como um divisor de águas significativo na trajetória ocupacional dos indivíduos. Baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), o estudo conclui que a qualidade da inserção dos diplomados é caracterizada por, além da manutenção de níveis de renda significativamente mais elevados, por menores taxas de desemprego e de informalidade. A taxa de participação, que expressa a propensão à atividade, é também maior entre os graduados do que entre os não-graduados, segundo a pesquisa.

Um exemplo importante encontra-se em outro fenômeno, neste caso do mundo do

trabalho, que acompanha a ascensão da classe C, o do *trabalho informacional* no século XXI. Trata-se de um grupo de trabalhadores que tem crescido de maneira exponencial desde o início das privatizações no setor de telecomunicações no país na segunda metade da década de 1990. Segundo Isabel Georges, as vagas de emprego no setor de *telemarketing* exigem nível de escolaridade relativamente elevado, sendo este um dos principais critérios de seleção no momento do recrutamento. Por outro lado, o “rendimento” de sua escolaridade é muito baixo, geralmente colocando o trabalhador em uma situação de sobrequalificação em relação à sua ocupação. Tal situação pode favorecer a emergência de uma “relação paradoxal em relação à escola”, pois ela favorece o acesso ao emprego, mas a ocupações que, como nesse caso, desvalorizam os saberes adquiridos¹⁰. A conclusão de Georges sugere que somente aqueles que contam com certa estabilidade socioprofissional dos pais e que começam os estudos superiores tendo frequentado no ensino médio estabelecimentos privados ou escolas profissionalizantes públicas têm pretensões de mobilidade. “A ascensão social graças ao diploma – caso raro – pode somente se dar a partir de um certo nível social”, observa, assim como “a crença nos efeitos benéficos da educação resiste mesmo à prova do contrário, isto é, mesmo quando eles não são convertidos em saberes no mercado de trabalho” (Georges, 2009).

Política em uma cidade desigual

Cida é um caso exemplar da transformação ocorrida nas classes baixas em relação à política e à organização coletiva como meios potenciais de mudança social e conquista de direitos, como descrito por Feltran. Apesar do fato de tanto sua mãe quanto seu padrasto serem petistas, Cida demonstra grande hostilidade com os políticos, inclusive do PT, e à política de modo geral, além de demonstrar uma espécie de confusão entre cargos e eleições como forma de distinção, ou seja, de “não se misturar” com algo de

10 A autora destaca, com base em pesquisas qualitativas, três tipos de dinâmicas das trajetórias profissionais no caso setor de teletendimento: uma *ascendente*, caracterizado por um caso raro de mulheres brancas que realizam estudos superiores em estabelecimentos de bom nível, que dão prioridade aos estudos e cujos pais são de nível social suficientemente confortável; uma *descendente*, mais frequente e que corresponde a uma escolaridade tardia, muito verificável em homens e mulheres negros com mais de trinta anos e que frequentaram a escola pública até o segundo grau; e uma *estável*, que inclui os jovens em período de preparação para cursos superiores. Para estes, o trabalho nos *call centers* corresponde a uma situação aparentemente temporária.

que tem ojeriza. A estudante de pedagogia conta que, inclusive, chegou a distribuir panfletos do PT com a família quando criança e votou “na Dilma, ou no Lula” nas últimas eleições presidenciais, alegadamente sob influência familiar.

Por que sua família é petista? Por que o PT, e não outro partido?

Eu não sei... Desde pequenininha que a gente saía entregando panfletinho na rua assim, em época de eleição, eles sempre lá com aquele retângulo vermelho do PT. Eu nunca entendi nada, porque nunca fui interessada nisso. Negócio de política eu tô totalmente fora, porque eu não gosto, não me interessa. Só na época da eleição que eu vou atrás de saber alguma coisa de alguém pra eu poder... Eu sou desinteressada, eu sou uma que o povo fala que não sabe nem porque que tá votando, eu sou mesmo, confesso, sou ré confessa. Não sei.

E o que você acha da Dilma e do Lula?

E acho que o Lula, ele fez uma coisinha melhor pela população, assim, as melhorias no transporte público, ele e a Dilma também fez, né? Os pavimentos, as ruas, essas coisas, esses negócios de árvores, poluição, tirou, colocou... Contribuiu um pouco, se eu to vendo que tá contribuindo pro povo, então tá servindo, agora depois que o Haddad entrou, não sei o que foi que ele fez, só roubou dinheiro do povo, não fez mais nada.

Você acha que está pior agora do que há alguns anos?

Eu acho que tá. Como eu nunca fui muito interessada nisso, então eu não sei direito, assim, te explicar detalhadamente, mas pelo Lula e pela Dilma que são os mais recentes que eu lembro, pela Dilma, tava melhorzinhas as condições públicas, tava melhorzinha, até os hospitais tavam melhorzinhos. Agora, esse Haddad aí, tá deixando a desejar. [Cida]

A abordagem etnográfica da política demanda que se verifiquem as condições de interação a partir dos contextos particulares e que, portanto, se expliquem como os atores sociais compreendem e experimentam a política, ou seja, “como significam os objetos e as práticas relacionadas ao mundo da política” (Kuschnir, 2007). Sem perder de vista o aspecto normativo da política e seus processos mais gerais, estabeleci como objetivo articular, na perspectiva da teoria do lulismo de Singer, os mecanismos que atuam entre o vivido, a ideologia e a política. Os casos de Cida e Márcia refletem o sentimento geral dos entrevistados em relação à política, e apesar de tomarem decisões

na hora do voto, vinculam suas insatisfações com a política com suas condições de vida e com a desigualdade entre ricos e pobres.

Evidentemente, a entrevista não é um acontecimento corriqueiro e, portanto, não coincide exatamente com os comentários que se faz no dia a dia a respeito da sociedade, do poder e dos políticos. Como diz Caldeira, o cotidiano é o corriqueiro e o que se vive de modo imediato é fragmentário. “Enquanto isso, a entrevista aberta não é um acontecimento corriqueiro, mas um momento especial, no qual as pessoas são arrancadas do imediatismo do cotidiano vivido ao serem solicitadas a considerar assuntos dos quais não se fala todos os dias, a relacioná-los e a olhá-los de longe” (Caldeira, 1984).

Eu moro no Capão Redondo, que não é grande coisa, a gente sabe, e cada vez se torna pior em termos de violência, de tráfico, que é o que passa mais na TV e que realmente é verdade. E aí quando você chega lá [na região do Ibirapuera] e você vê... esses dias eu fiquei mais revoltada ainda porque eles estavam fazendo um ponto de ônibus desses, com vidro e tudo, gastaram super, e agora desativaram o mesmo ponto! Reformaram o ponto inteiro e desativaram! Eu pergunto: pra que isso? Só bairro mais próximo da gente, onde a gente convive, precisa até mesmo de asfalto na rua e eles não fazem esse tipo de investimento, por que é que lá eles vão estar sempre lambendo uma coisa que já está praticamente perfeita? Por quê? Lá paga mais imposto do que no Capão Redondo? Então é uma coisa que vai revoltando cada vez mais a gente. E transporte? Por que o transporte que tem pra região do centro é sempre melhor, os ônibus são praticamente vazios, e pro lado da periferia é sempre entupido? As pessoas estão sempre praticamente penduradas na porta. Então tira um pouco daqueles ônibus que estão lá e coloca na periferia, onde tem mais necessidade. [Márcia]

Nesse processo, ativar opiniões sobre a política assume muitas a forma de um desabafo contra as desigualdades, vistas pelos mais pobres como fundamento para a precariedade em que vivem em oposição ao privilégio despendido aos ricos pelo poder público. Na fala de Márcia, assim como na de muitos outros, é notável a ideia de que o “governo” está comprometido com os interesses dos ricos, enquanto suas escolas são ruins, assim como o transporte público e a escassez de opções de lazer. A desconfiança em relação aos políticos também é justificada pelo ressentimento, na medida em que o

governante é eleito para ajudar os pobres, a quem eles recorrem na época de eleição. Como o “governo”, aí incluído o uso da força policial, responde, em última instância, ao poder econômico, a própria reivindicação de direitos e do cumprimento dos compromissos assumidos pelo governante torna-se arriscado e passível de represália por parte do Estado. Como já afirmava autores como Kowarick e Caldeira em suas pesquisas nos 70 e 80, “o governo continua aparecendo como um lugar de onde se exerce o poder, mas o verdadeiro poder de ditar as regras, a verdade que se transforma em ordens, é do dinheiro e dos ricos. Sendo assim, se a pessoa (o funcionário) que ocupa o cargo não faz aquilo que interessa a este verdadeiro poder, 'não segue ali'” (Caldeira, 1984).

Influência da classe social, entendeu? Na verdade, quem tem é quem manda. Digamos que os governantes que nos elegemos, que acha que vai nos beneficiar de alguma forma, não vai. Ele vai beneficiar quem tem poder. O empresário é que tem o poder e é quem manda nele. “É assim assado e vai ser dessa forma”, e vai ser dessa forma. E o que a população pode fazer em relação a isso? Sair na rua e apanhar da polícia? É difícil, é meio revoltante, pra falar a verdade, você ver cada situação dessa. Então você não sabe muito o que fazer. Você escolhe o cara achando que ele vai defender os direitos do pobre que tá lá sofrendo à beça, como esse caso que aconteceu no metrô. [Márcia]

Este sentimento em relação aos governos é legítimo, mas também tem ambiguidades. É fato que, diante da regularização de loteamentos clandestinos – os “terrenos da prefeitura” citados por Márcia – e da incorporação da periferia na estrutura formal de serviços, houve melhorias significativas na infraestrutura, fruto das lutas travadas pelos movimentos sociais de moradia (Kowarick, 2000; Caldeira, 2000). Como a urbanização da periferia foi deixada para a iniciativa privada até a década de 70, refletindo o caótico processo de abertura e venda de lotes iniciado nos anos 1940, a melhoria dos serviços públicos só teve significativo avanço nos últimos anos do regime militar, aliada à abertura política. Dois movimentos, no entanto, atuam para manter a sensação de abandono por parte das classes baixas, um material e outro simbólico: a melhoria da infraestrutura, assim como a regularização dos lotes e sua incorporação no mercado formal de imóveis, e a fala do crime, que trouxe para o plano da narrativa hegemônica a violência crescente no espaço urbano. O primeiro fenômeno teve como

consequência a diminuição dos estoques de lotes baratos, já que o valor dos terrenos aumentou como resultado da construção de equipamentos urbanos, encarecendo a moradia na periferia e inviabilizando-a para a população empobrecida. Em suma, o crescimento da pobreza na década de 90, combinado com melhores condições e terrenos mais valorizados, expulsou os mais pobres para os limites da cidade ou para outros municípios da região metropolitana, dificultando a autoconstrução da casa própria e forçando uma grande parcela dessa população a viver em favelas e cortiços, um aumento de 1,1% da população da cidade em 1973 para 19,1% em 1993 (Caldeira, 2000).

Tem jornal que tapa muito buraco, tem jornal muito sensacionalista. Alguns jornais eu não consigo nem assistir porque fica naquela coisa o tempo todo, né. É uma notícia tão banalizada, ou então fica explorando muito. Muito programa de TV que tem aí eu evito até de assistir. Fica colocando a situação degradante de uma pessoa e explorando aquilo lá pra conseguir audiência. Então eu prefiro não compartilhar desse tipo de coisa. [Márcia]

No caso da fala do crime, ela fica evidente nos depoimentos aqui reproduzidos. A difusão dos telejornais de cunho sensacionalista na TV na década de 90, justamente os maiores divulgadores da ideologia que associa violência à pobreza, também é sentido pelos moradores da periferia. “Eu moro no Capão Redondo, que não é grande coisa, a gente sabe, casa vez se torna pior em termos de violência, de tráfico, que é o que passa mais na TV e que realmente é verdade”, afirma Márcia, que, ao mesmo tempo, procura se dissociar daquela realidade e ter uma visão crítica sobre a imagem que é feita do seu bairro. É lícito que o morador de um determinado bairro não queira que ele seja representado como lugar de “bandidos”, como demonstrou Feltran ao localizar as categorias de “trabalhadores” e “bandidos” e como seus significados são deliberadamente difusos durante grandes operações policiais. “De imediato, é preciso acalmar a opinião pública e, como a representação dominante nela situa os 'suspeitos' ou 'bandidos' como jovens moradores das periferias, é imprescindível o saldo de mortos entre eles” (Feltran, 2010). Manter a “ordem democrática” e as instituições significa, nesses casos, manter a representação simbólica do crime dentro dos limites espaciais difundidos pela ideologia: as periferias, as favelas, os cortiços.

Trabalhadores e estudantes vivem essas situações cotidianamente com maior ou

menor intensidade. Vivendo entre os muros de uma cidade extremamente segregada, e que progressivamente vai universalizando um modelo de sociedade legitimada pela fala do crime, jovens estudantes seguem suas vidas em empregos precários e com perspectivas limitadas. Uma das poucas oportunidades de reduzir esta desigualdade, o Prouni é considerado uma política pública de sucesso e umas das vitrines da administração petista. Mas, como todo olhar *de fora e de longe*, não se vê com nitidez o modelo de sociedade segregada que o modelo privado de ensino superior reproduz e que vai deixando para trás a construção democrática e a luta por direitos pelos quais outrora os movimentos sociais populares se pautaram. Um modelo que pouco contribui para a cidadania.

Não por acaso, o apoio dos entrevistados às manifestações de junho de 2013 é unânime, assim como a impossibilidade de participar delas. O trabalho e os estudos, que tomam todo o tempo dessas pessoas, não impede que elas sintam o mal-estar provocado pela precariedade das condições de vida. Nem uma política pública bem-sucedida parece esfriar o sentimento de exclusão vivida pelos moradores da periferia de São Paulo.

Bibliografia

Caldeira, Teresa Pires do Rio (1984). *A política dos outros: cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense.

_____ (2000). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34; Edusp.

Cebrap. *Políticas de inclusão e transição no mercado de trabalho: o caso do Proni*. No prelo.

Feltran, Gabriel de Santis (2010). “Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana” in *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 53, nº 2.

_____ (2011). “'Trabalhadores' e 'bandidos' na mesma família” in Cabanes, Robert [et al.] (orgs) *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo.

Georges, Isabel (2009). “Trajetórias profissionais e saberes escolares: o caso do telemarketing no Brasil” in Antunes, Ricardo e Braga, Ruy. *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo.

Kowarick, Lúcio (1980). *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra.

_____ (2000). *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34.

Kuschnir, Karina (2007). “Antropologia e política” in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 22, nº 64.

Néri, Marcelo Côrtes (2008). *A nova classe média*. Rio de Janeiro, FGV/IBRE, CPS.

Pochmann, Marcio (2000). *A batalha pelo primeiro emprego*. São Paulo: Publisher.

Rego, Walquiria Leão e Pinzani, Alessandro (2013). *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Editora Unesp.

Simmel, Georg (2005). “As grandes cidades e a vida do espírito” in *Mana*, São Paulo, vol. 11.

Singer, André (2012). *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras.